



Arquivo

Ajuda de US\$ 180 milhões, sem retorno

Agora, o maior desafio é tornar o Jari rentável

O grupo de empresários brasileiros que tomou conta do Projeto Jari vai ter de responder a um desafio imediato: tornar o empreendimento auto-suficiente em termos operacionais. Para que esta tarefa seja realizada — apesar de o antigo proprietário do Jari, Daniel Ludwig, ter considerado o empreendimento inviável a médio prazo — os empresários terão o apoio financeiro que o governo prometeu dar. Serão nada menos de 180 milhões de dólares que o Banco do Brasil vai aplicar no Jari sem retorno (a não ser na forma de dividendos a que terá direito como acionista que não vota e nem participa da administração).

Este dinheiro permitirá à Companhia do Jari, empresa holding formada pelo grupo nacional para administrar o conjunto de projetos existentes na área, pagar as prestações devidas à Ishkawajima Harima, do Japão, construtora da fábrica de celulose e da termelétrica que funcionam em Munguba. Com sua própria receita de vendas, a Jari não vinha conseguindo amortizar sua dívida externa (calculada pelo advogado Bulhões Pedreira em 260 milhões de dólares), exigindo constantes transferências de dinheiro da Universe Tankships — a holding de Ludwig nos Estados Unidos — para cobrir o déficit crescente, mas ao mesmo tempo formando novo endividamento junto à UTL.

Caso fosse encontrada uma solução, a Jari deveria bater, neste ano, seu recorde de prejuízo, atingindo 125 milhões de dólares. Operacionalmente, a empresa teria um saldo de US\$ 3,3 milhões, mas o serviço da dívida exigiria US\$ 129 milhões. Com o acordo oficializado pelo governo, os custos financeiros serão assumidos pelo Banco do Brasil, aliviando as 22 empresas nacionais até 1984, quando se espera que, com

o pagamento de todos os empréstimos, a Jari torne-se uma empresa rentável. Para 1985, há uma previsão de lucro de US\$ 6,5 milhões, incluídos os custos financeiros.

Trasferida a dívida para o Banco do Brasil — que já pagou a quinta prestação à Ishkawajima, dia 31 de janeiro —, o grupo nacional, tendo à frente Augusto Trajano de Azevedo Antunes, vai procurar reduzir os custos operacionais do Jari e aumentar sua eficiência. A rigor, só a partir deste mês é que a administração do empreendimento foi entregue pelos executivos nomeados por Ludwig aos indicados por Antunes. E, ainda em abril, todo o antigo staff será substituído e haverá reformulação administrativa. Surgirá uma nova empresa, a Companhia Florestal Monte Dourado S/A, que englobará as quatro antigas que funcionavam no projeto — Jari Florestal e Agropecuária, Cadam, Navegação Sion e Sasi. Seu presidente será Samuel Simberg, tendo como diretor-executivo Janusz Wscieklica. Acima dela, só a holding, presidida por Sérgio Quintela.

Esta reformulação implicará na redução da folha de pagamentos — e logicamente em menor número de empregos — e, segundo esperam os novos executivos, maior centralização. Em números, esta redução já chegou, de 7.346 empregados em junho de 79 para 2.900, hoje. E só haverá ampliação deste quadro se a capacidade da fábrica de celulose for também aumentada. Mas ampliar a produção que hoje atinge 750 toneladas não parece estar nos planos imediatos da nova direção, mesmo porque os preços deste produto estão em baixa. E o problema das terras, aparentemente, não será resolvido tão cedo, pois há uma área de 1,2 milhão de hectares que Ludwig considerava sua.